

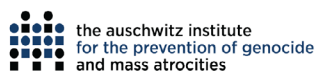


SEMANA DA
CONVIVÊNCIA 2026

Respeitar, participar
e aprender:
**democracia se
constrói na escola!**

**PERSPECTIVA DAS
MODALIDADES
DE ENSINO**

APOIO:



REALIZAÇÃO:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



EXPEDIENTE

Ministério da Educação – MEC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas – CGAVE

FICHA TÉCNICA

Título da Publicação: Semana Nacional Da Convivência Escolar na perspectiva das modalidades de ensino

Série: Semana Nacional da Convivência Escolar

Ano: 2026

Edição: 2ª edição

Local: Brasília – DF

ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO TÉCNICA

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas – CGAVE

Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – DPAEJA

Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos – DIPEBS

Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Ambiental – DIPE-CEA

Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – DIPEPI

Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola – DIPERQ
Diretoria de Políticas de Educação Escolar Indígena – DIPEEI

APOIO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Laboratório Interagir – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Instituto Auschwitz para Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas

Vozes da Educação

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME

Este material integra o Programa Escola que Protege, vinculado ao Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), com o objetivo de fortalecer estratégias de prevenção e resposta às violências nas escolas, promovendo a convivência democrática e a cultura de paz. A elaboração deste material considerou as recomendações do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, instituído pela Portaria MEC nº 1.089/2023.

Direitos Autorais

© Ministério da Educação, 2026.

Este documento pode ser reproduzido e distribuído, no todo ou em parte, desde que citada a fonte. Proibida a comercialização.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege>



Respeitar: reconhecer o outro.

Participar: decidir e construir coletivamente

Aprender: transformar convivência em conhecimento.



SEMANA NACIONAL DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Na perspectiva das modalidades de ensino

A convivência escolar é parte integrante do direito à educação, essencial para a construção de escolas mais seguras, democráticas e acolhedoras. Nesse contexto, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI e do Programa Escola que Protege, realiza a Semana Nacional da Convivência Escolar como uma mobilização para promover ações educativas que fortaleçam vínculos, valorizem a diversidade e previnam violências no ambiente escolar.

A escola é um espaço de relações e aprendizagens que transcendem os conteúdos curriculares, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de convivência, escuta, cooperação e respeito, fundamentais para a formação de estudantes comprometidos com suas comunidades.

Neste documento, destacamos como a convivência escolar se expressa de modo singular nas diferentes modalidades de ensino: Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e Educação Bilingue de Surdos, reconhecendo e valorizando suas especificidades.

Assim, reforçamos o compromisso com uma educação que respeita as diferenças, combate todas as formas de discrimina-

ção e promove o bem viver, o pertencimento e a formação integral de todas e todos. Cada escola é única. Por isso, mais do que aplicar um modelo fixo, esta Semana é um convite à construção coletiva, com base no que já existe, no que faz sentido para a comunidade e no que pode ser fortalecido.

A Educação Escolar Indígena (EEI) é estruturada em territórios etnoeducacionais, organizados independentemente da divisão político-administrativa do País. As terras indígenas, mesmo que descontínuas, são ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

Nas escolas indígenas, a convivência escolar é tecida pelas relações coletivas, pelos saberes ancestrais e pelos modos



Escola que PROTEGE!



próprios de viver e aprender dos povos originários. Os(as) profissionais da educação que atuam nesses contextos sabem que educar é também valorizar as línguas, os territórios, os rituais e os conhecimentos tradicionais. É reconhecer e legitimar os saberes tradicionais dos professores indígenas enquanto profissionais que possuem contribuições importantes para uma educação intracultural, intercultural e decolonial. É reconhecer o papel das lideranças, dos anciãos, e acolher as múltiplas formas de organização das comunidades indígenas no cotidiano escolar.

REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades históricas e estruturais, a convivência escolar deve ser analisada sob a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais, compreendendo que o ambiente escolar é espaço de reprodução, mas também de superação de preconceitos.

Garantir uma convivência saudável significa desconstruir preconceitos que afetam a trajetória de estudantes negros e indígenas, comprometendo sua autoestima, desempenho acadêmico e permanência. Trata-se de construir relações baseadas no respeito à diversidade, na valorização das identidades étnico-raciais e na promoção da justiça social.



Essa transformação exige ações concretas: formação continuada dos profissionais da educação, currículos antirracistas, práticas pedagógicas que valorizem culturas negras e indígenas e o fortalecimento da participação das comunidades no cotidiano escolar.

Durante a Semana, propomos que escolas, redes de ensino e comunidades escolares reflitam sobre as práticas de convivência e se engajem em ações que estimulem o diálogo, a mediação de conflitos e o reconhecimento das diferenças, favorecendo a permanência e o bem-estar dos estudantes.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Nas escolas quilombolas, a convivência escolar está profundamente ligada à história, aos saberes e à organização das comunidades. Os(as) profissionais da educação que atuam nesses territórios sabem que educar vai além do conteúdo formal: trata-se de fortalecer vínculos, respeitar os modos próprios de viver, aprender e ensinar, e reconhecer o papel das famílias, lideranças e guardiões(as) da cultura local no cotidiano escolar.

A convivência escolar nas comunidades quilombolas parte do reconhecimento de que os(as) quilombolas são grupos culturalmente diferenciados, que se identificam por meio da autodeclaração e possuem formas próprias de organização social,

política, econômica e cultural. A Resolução nº 8/2012, do Conselho Nacional de Educação, ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, orienta que as práticas pedagógicas considerem os repertórios culturais, os acervos orais, os festejos, os modos de vida e a relação ancestral com os territórios.

Nesse contexto, a escola quilombola deve ser pensada como um espaço que reconhece e fortalece a autonomia dos sujeitos e suas comunidades. A construção da convivência escolar deve ser orientada pela escuta ativa, pela consulta livre, prévia e informada às comunidades, considerando os arranjos educacionais mais adequados à sua realidade.

Com 2.619 escolas quilombolas, 19.850 professores e cerca de 279 mil estudantes matriculados(as) em diferentes regiões e biomas do país — a maioria em redes municipais —, e com uma população quilombola presente em mais de 1.700 municípios, que abrigam 3.752 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, é fundamental que as propostas estejam alinhadas aos princípios da Educação Escolar Quilombola, conforme o Art. 7º das Diretrizes. Isso é especialmente importante no que se refere à superação do racismo e de todas as formas de discriminação, ao respeito

à diversidade, ao reconhecimento da história dos quilombos e ao direito à valorização dos conhecimentos tradicionais.

A Semana Nacional da Convivência Escolar pode e deve ser um marco estratégico para a implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), promovendo atividades como rodas de conversa, oficinas culturais, mediação de conflitos e celebrações da diversidade. Estas ações devem estar alinhadas às diretrizes da política, estimulando práticas cotidianas que combatam o racismo e promovam a equidade. As atividades devem, portanto, dialogar com os modos próprios de convivência das comunidades quilombolas, respeitando os tempos, espaços e saberes locais, e contribuindo para que a escola seja um ambiente de pertencimento, reconhecimento e fortalecimento das identidades quilombolas.

Assim, a escola se fortalece como um espaço verdadeiramente inclusivo e equitativo, onde todas as crianças, adolescentes e jovens — especialmente aqueles historicamente marginalizados — possam se sentir reconhecidos, valorizados e protagonistas de sua trajetória educacional e social. A convivência escolar, nesse horizonte, torna-se um instrumento fundamental na construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.



PNEERQ



CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Educação Escolar Indígena (EEI) é estruturada em territórios etnoeducacionais, organizados independentemente da divisão político-administrativa do País. As terras indígenas, mesmo que descontínuas, são ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.



Nas escolas indígenas, a convivência escolar é tecida pelas relações coletivas, pelos saberes ancestrais e pelos modos próprios de viver e aprender dos povos originários. Os(as) profissionais da educação que atuam nesses contextos sabem que educar é também valorizar as línguas, os territórios, os rituais e os conhecimentos tradicionais. É reconhecer e legitimar os saberes tradicionais dos professores indígenas enquanto profissionais que possuem contribuições importantes para uma educação intracultural, intercultural e decolonial. É reconhecer o papel das lideranças, dos anciãos, e acolher as múltiplas formas de organização das comunidades indígenas no cotidiano escolar.

A convivência escolar nas comunidades indígenas está diretamente relaciona-

da às formas próprias de organização social, relação com a terra, modos de aprendizagem e transmissão intergeracional de saberes. A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 5/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, orienta que a EEI seja bilíngue, intercultural e voltada ao território, considerando os conhecimentos tradicionais, os valores culturais e as línguas dos povos indígenas.

Nesse sentido, a escola indígena deve ser reconhecida como espaço de fortalecimento da identidade e da autonomia dos povos originários. A construção da convivência escolar passa pelo diálogo com as lideranças, anciãos e demais membros da comunidade, respeitando os tempos próprios, os processos coletivos de decisão e os arranjos educacionais definidos em consulta livre, prévia e informada. A escola indígena deve pensar na recuperação de suas memórias históricas, na reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como ter o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Atualmente, existem cerca de 3.572 escolas indígenas, atendendo estudantes de 305 povos distintos, em diversos biomas, estados e contextos. Esse cenário reforça a importância de que as ações da Semana estejam conectadas às realidades específicas dos povos indígenas e contribuam para a valorização de suas culturas e para o enfrentamento de todas as formas de discriminação.

As atividades da Semana podem fortalecer o sentimento de pertencimento e promover espaços de escuta, compartilhamento e construção coletiva, respeitando as cosmologias, línguas e

práticas próprias de cada povo. Em contextos urbanos, onde estudantes indígenas podem estar mais expostos ao silenciamento e ao racismo, torna-se ainda mais importante garantir um ambiente escolar acolhedor, onde suas identidades sejam reconhecidas e valorizadas.

A convivência, nesse contexto, é mais do que convivência entre indivíduos — é convivência entre mundos, saberes e formas de viver. Por isso, promover o respeito, a empatia e o reconhecimento da diversidade indígena são essenciais para garantir uma escola mais justa, plural e comprometida com o direito à educação para todos os povos.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nas escolas do campo, em que se valoriza as culturas, identidades, saberes e diversidade dos povos do campo, das águas e das florestas, a convivência escolar frequentemente se baseia em um forte sentimento de pertença, o sentimento que os educadores, os educandos e suas famílias têm de que a escola lhes pertence, porque se sentem parte dela, como um sujeito coletivo que partilha de valores e utopias comuns. Algo que contribui para constituição de uma comunidade escolar mais unida e engajada, para um melhor ambiente e desempenhos de trabalho e estudo, no estímulo ao protagonismo social dos seus membros e na formação de sujeitos críticos, criativos e solidários.



No Brasil existem 49.456 Escolas do Campo, 27,7% das escolas de educação básica do país, atendendo a 4,7 milhões de estudantes matriculados, dados que representam a diversidade de contextos e sujeitos presentes na Educação do Campo, onde alimentar o sentimento e a relação de pertencimento são fundamentais no enfrentamento dos desafios de todas as ordens, também presentes no universo dessa diversidade.

Na Educação do Campo a pertença tem sido fruto da busca do desenvolvimento de processos pedagógicos contextualizados, que consigam orientar a oferta da educação escolar em sintonia com as questões que afligem a vida em sociedade na contemporaneidade, em âmbito local, nacional e global, realizado desde a educação básica processos formativos articulados por meio de atividades que tomem como objeto de estudo a realidade, as condições e modos de vida, os saberes, práticas culturais e formas de se relacionar com a natureza das populações e comunidades do campo, das águas e das florestas.

Em muitas escolas do campo, nacionalmente, isto têm sido feito integrando diferentes tempos, espaços e práticas educativas, da escola e das comunidades em que elas se inserem, de modo a dinamizar os processos pedagógicos, assegurando a construção e reconstrução do conhecimento por meio do diálogo de saberes entre diferentes sujeitos, interagindo diversas experiências, nos mais variados contextos possíveis e fomentando a formação dos educandos em uma perspectiva integral (cognitiva, afetiva, sexual, social, política, cultural etc).

Nesta perspectiva, tem sido nas escolas do campo onde se observa os esforços empreendidos pelos profissionais da educação pela mobilização de saberes, métodos e recursos pedagó-

gicos que viabilizem a materialização de currículos e processos educativos que considerem as comunidades em suas demandas e potencialidades e envolvam o protagonismo dos educandos como sujeitos de produção de conhecimento, que se encontra a afirmação da escola como espaço-sujeito coletivo de ação cultural para o bem viver e emancipação humana. 10 11 Semana Nacional da Convivência Escolar | Eu respeito, você respeita, nós construímos | Modalidades de Ensino Programa Escola que Protege São iniciativas pedagógicas.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A convivência escolar é um dos pilares fundamentais para a efetivação do direito à educação de qualidade, especialmente quando se trata da construção de uma escola inclusiva. Assim, além de garantir acesso igual ao currículo, o sentimento de pertença fortalece vínculos e compromissos coletivos, as práticas educativas inclusivas se fundamentam na valorização da diversidade humana e na participação ativa de todos os sujeitos no ambiente escolar.

No contexto da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a convivência escolar se expressa na construção de relações pedagógicas e sociais pautadas no respeito, na empatia e na cooperação entre estudantes com e sem deficiência, profissionais da educação, famílias e comunidades. Esta convivência não se limita à tolerância, mas exige a transformação da cultura escolar, consolidando uma cultura inclusiva que reconhece as diferenças

como parte constitutiva do processo educativo e rejeita práticas discriminatórias e excludentes.

Nesse processo, o combate ao capacitismo — forma de discriminação baseada na deficiência — torna-se elemento estruturante da convivência escolar inclusiva. A escola precisa assumir a responsabilidade de enfrentar concepções e práticas que inferiorizam estudantes com deficiência, promovendo atitudes e interações que afirmem o direito à diferença e a valorização da diversidade como princípios intrínsecos ao cotidiano escolar.



A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva é uma modalidade transversal, conforme reconhecido na legislação brasileira, aplicando-se a todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Ela assegura que todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação têm o direito de estudar na sala de aula comum, com os apoios e serviços necessários à sua plena participação e aprendizagem, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com recursos de acessibilidade e adaptações razoáveis que garantam o acesso ao currículo comum.

A vivência da inclusão na escola amplia as possibilidades de aprendizagem para todos, ao inte-

grar diferentes experiências e formas de ser, viver e aprender. A escola, assim, se fortalece como um espaço comunitário de bem viver e construção da cidadania, onde cada estudante, na sua diferença, é reconhecido como sujeito de direitos, com potencialidades, sonhos e contribuições singulares.

Inspiradas por essa concepção, diversas escolas em todo o país vêm promovendo iniciativas que mobilizam saberes pedagógicos, metodologias ativas e práticas pedagógica inclusivas para garantir que todos se sintam acolhidos e pertencentes. Projetos interativos, assembleias escolares, mediação de conflitos, atividades colaborativas e a eliminação de barreiras pedagógicas são alguns dos caminhos que fomentam ambientes educacionais mais inclusivos e solidários. Para isso é necessário que inclusão e diversidade, bem como o direito ao Atendimento Educacional Especializado façam parte do Projeto Político Pedagógico da escola, conforme previsto na legislação.

A convivência escolar inclusiva é, portanto, uma prática política, ética e pedagógica que transforma a escola em um espaço democrático de formação humana integral. É nessa convivência, onde cada pessoa importa e participa, que se consolida uma educação comprometida com os direitos humanos, a equidade e a justiça social.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Nas escolas/turmas/classes bilíngues de surdos, a convivência escolar é tecida pelas relações coletivas com as comunidades surdas, pelos pares surdos a fim de alcançar o seu papel mediante a sociedade com ênfase aos protagonismos surdos. Os(as) profissionais da educação que atuam nesses contextos sabem que educar é também valorizar as línguas, as identidades, as comunidades surdas assim como também a subjetividade agregada com a epistemologia surda no ambiente escolar.

É reconhecer o papel das associações de surdos, lideranças surdas, e acolher múltiplos contextos de organização das comunidades surdas no empoderamento e protagonismos surdos no cotidiano escolar.

A convivência escolar do público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS) está diretamente relacionada às formas próprias de organização social, à língua, à identidade e à cultura surda, assim como também à qualificação de professores e profissionais envolvidos na oferta da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos, conforme disposto na LDB 9.394/1.996, no capítulo V, do art. 60-A e 60-B. Esses dispositivos determinam que



essa modalidade seja ofertada com o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2) para a educação de pessoas surdas, surdocegas, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, em outras palavras, considera-se a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino

No contexto da modalidade escolar da Educação Bilíngue de Surdos, a convivência escolar está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento e à valorização da diferença linguística e cultural do público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS). Entre os desafios mais recorrentes nessa modalidade, destaca-se a violência linguística, caracterizada por práticas que desconsideram ou negam o direito ao uso da Libras como meio legítimo de comunicação e de instrução.

Nesse sentido, as escolas bilíngues de surdos, turmas/classes bilíngues de surdos ofertadas como modalidade de Educação Bilíngue de Surdos devem ser reconhecidas como espaço de fortalecimento da língua, identidade e da autonomia do público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos. A construção da convivência escolar passa pelo diálogo com as entidades (tais como associação de surdos, federação desportiva etc.), lideranças, pares surdos e demais membros da comunidade, respeitando os tempos próprios, os processos coletivos de decisão e os arranjos educacionais definidos em consulta livre, prévia e informada.

Essas práticas geram impactos significativos no processo de aprendizagem, nas relações interpessoais e no desenvolvimento linguístico, identitário e cultural do PAEBS, contribuindo com os princípios que fundamentam uma convivência escolar democrática, respeitosa e acolhedora.

Consolidar uma política de convivência escolar no âmbito da Educação Bilíngue de Surdos implica, portanto, afirmar o compromisso do Estado com a equidade, com os direitos linguísticos e com o respeito à diversidade como pilares estruturantes de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a convivência escolar adquire características próprias, reunindo sujeitos com trajetórias diversas que, por diferentes motivos, não tiveram garantido o direito à educação básica no tempo adequado. A EJA representa a oportunidade de retomar processos educativos e fortalecer vínculos com a escola.

As escolas que oferecem turmas de EJA são, em muitos casos, espaços compartilhados com outras etapas da educação básica, frequentadas por crianças, adolescentes e jovens. Esse convívio exige a construção de práticas que favoreçam o diálogo entre gerações, respeitando as singularidades de cada grupo e promovendo um ambiente acolhedor para todos.

Na EJA, convivem adultos e idosos que, ao retornarem à escola, trazem consigo experiências de vida, saberes acumulados e expectativas que enriquecem o espaço educativo. Para muitos, a EJA significa realizar um desejo antigo ou superar uma lacuna, muitas vezes marcada por desigualdades sociais, econômicas e culturais.

A convivência escolar nesse contexto deve ser orientada pelo respeito e pela valorização das trajetórias de cada estudante, reconhecendo a diversidade como um aspecto constitutivo da escola. Como propõe Paulo Freire, o processo educativo se realiza no diálogo e na troca de saberes, favorecendo uma aprendizagem que articula conhecimento sistematizado e experiência de vida.

Os materiais da Semana Nacional da Convivência Escolar reúnem recursos pedagógicos para fortalecer a convivência democrática e prevenir violências escolares. Eles incluem orientações para gestores, estudantes e famílias, além de um kit de comunicação com cartazes, vídeos e identidade visual. Todo o material está disponível na página do Programa Escola que Protege, no portal do MEC.

Esses materiais são flexíveis e podem ser adaptados às realidades locais, promovendo o protagonismo das equipes escolares e fortalecendo vínculos nas comunidades educacionais.



Nota Importante

As ações de promoção da convivência respeitosa, segura e inclusiva não devem se limitar à Semana Nacional da Convivência. Essas práticas precisam ser incorporadas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, ao planejamento anual das turmas e à rotina educativa.

Garantir espaços de escuta, participação e fortalecimento de vínculos no dia a dia é essencial para a construção de um ambiente escolar acolhedor e democrático. Assim, a convivência torna-se parte integrante do processo de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para a efetivação dos direitos de todos no ambiente escolar.

